

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Categorias anunciam onda de greves 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo descarta reajuste acima da inflação para policiais 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Após servidores do BC, outras categorias organizam greve 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso e empresários articulam Simples maior 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CNI coloca como prioridade PEC tributária no Senado 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil tem saldo de 328,5 mil vagas formais em fevereiro 8

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Após nove anos da PEC, domésticas ainda sofrem com falta de direitos (Artigo) 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNC defende ajustes na PEC 110, que trata da reforma tributária - COMÉRCIO EM PAUTA
..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Produtividade no Brasil em 2021 é a mais baixa em 12 anos, indica FGV 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Na OCDE, Guedes promete reforma tributária 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Medicamentos ficam mais caros a partir de 1º de abril 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Com 5% do mercado, Shopee quer ampliar negócios no Brasil - MERCADO S/A 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O desafiante cenário de inflação (Artigo) 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O império americano (Artigo) 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guedes diz que troca de presidente da Petrobras não é problema dele	24
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Campanha eleitoral já ameaça 2023 (Artigo)	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Investimento em educação deve ser uma política de Estado, não de governo	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo tenta forçar que corte de IPI baixe preços	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Bolsonaro quer utilizar receita dos Estados	30
O GLOBO - RJ - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Novo presidente da Petrobras terá de conter Bolsonaro (Editorial)	32
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
União tenta com MP resolver discussão sobre dedução do IR com vale-refeição	33
O GLOBO - RJ - ECONOMIA POLÍTICA	
Críticas após a demissão	34
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Petrobras muda, mas política se mantém	35
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Bolsonaro põe a cara no fogo por ministro, mas não a reeleição	37
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Auxílio Brasil alcança 23%, mas quem recebe critica valor, mostra Datafolha	39
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Preço dos medicamentos deve subir 10,89% em abril	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Inflação no centro da meta em 2023 parece cada vez mais distante	43
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Mourão critica teto de gastos e emendas	44
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Um novo mundo de desordem monetária (Artigo)	45
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA	
Troca de presidentes na estatal é mais do mesmo	46

Categorias anunciam onda de greves



Fernanda Strickland

Categorias de funcionalismo prometem intensificar mobilizações caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) não conceda o reajuste salarial ou não volte atrás na proposta que fez aos policiais. O aviso vem um dia após os servidores do Banco Central (BC) declararem greve por tempo indeterminado.

No início da semana, servidores do Banco Central (BC), aprovaram greve geral por tempo indeterminado. Com a adesão de 90%, segundo a categoria, a paralisação começa em 1º de abril. Segundo o presidente do Sinal, Fábio Faiad, o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, não apresentou nenhuma proposta oficial. "Parece que vai ter uma reunião semana que vem com os ministros, e eles vão tentar ver uma solução. Com isso vamos manter a greve e aguardar na semana que vem os resultados", disse o sindicalista.

O presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central (SinTBacen), Diego Rodrigues, afirma que a mobilização tem dois objetivos. O primeiro é reestruturar a carreira. "Os técnicos da autarquia estão há quase 20 anos reivindicando o cumprimento dos acordos para a reestruturação da carreira de especialista do Banco Central", explicou.

O segundo ponto reivindicado é o reajuste salarial de 27%. "Nos últimos três anos, os servidores sofreram uma perda de 55% (IGPM) do valor real da remuneração", disse Rodrigues. Ele afirmou que, com a paralisação, os serviços de distribuição de numerário na rede bancária nacional, atendimento ao público, transações via Pix e segurança, entre outros, poderão ser afetados.

Os servidores do Tesouro também estão mobilizados. Aprovaram ontem uma paralisação de dois dias ? no dia 1º de abril e próxima terça (5/4). Eles pedem reajuste salarial de 19,9%, índice que repõe a **inflação**

entre 2019 e 2021. O Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Nacional) pontuou que o grupo deve se reunir na próxima terça, para decidir se haverá greve por tempo indeterminado.

Ato público

Os Auditores-Fiscais da **Receita Federal** realizaram ato público em frente ao Ministério da Economia, em Brasília, na tarde de ontem. Participaram da manifestação lideranças das 82 Delegacias Sindicais do Sindifisco Nacional e representantes dos Comandos de Mobilização de todo o país.

O intuito foi cobrar do ministro Paulo Guedes, a recomposição do orçamento da **Receita Federal** e a realização de concursos públicos para repor a perda de 40% do efetivo ocorrida nos últimos anos.

Os sindicalistas também cobraram do governo federal a regulamentação da Lei 13.464/2017, aprovada e sancionada há mais de cinco anos, que trata da instituição da gratificação de desempenho para a categoria, entre outras medidas de estruturação da carreira de Auditor-Fiscal da **Receita Federal**.

Segundo o presidente do Sindifisco Nacional, Isac Falcão, a situação é grave porque cortes orçamentários comprometem o funcionamento da **Receita Federal** a partir de maio. "O déficit de Auditores-Fiscais e a falta de regulamentação da Lei 13.464 são outros fatores que inviabilizam o funcionamento do órgão", disse. "O governo federal não pode mais postergar a solução dessas questões. A sociedade brasileira precisa da **Receita Federal** e precisa de um governo", alertou Falcão.

Governo descarta reajuste acima da inflação para policiais

EDUARDO GAYER BRASÍLIA

O governo já descartou a possibilidade de editar medida provisória (MP) com o aumento para as carreiras dos policiais federais até 2 de abril, próximo sábado, quando se esgota o prazo para reajustes salariais acima da **inflação** antes das eleições, apurou o Estadão/Broadcast.

Pesou na decisão a iminência de uma greve geral no Banco Central (BC) por aumento de salários, que deve começar na sexta-feira. Ainda ontem, funcionários do Tesouro também aprovaram uma paralisação de dois dias e os da **Receita Federal** se mobilizam por bônus à categoria (mais informações nesta página).

A lei eleitoral estabelece que reajustes na remuneração de **servidores públicos** para além da recomposição das perdas salariais estão vedados nos seis meses anteriores às eleições. Como o primeiro turno deste ano está marcado para 2 de outubro, o Executivo teria até o próximo sábado para editar uma MP com aumento de salário acima das perdas salariais, como reivindicam os policiais federais.

Na segunda-feira, o ministro da Justiça, Anderson Torres, reuniu representantes das polícias e, segundo relatos, explicou que Bolsonaro não poderia anunciar o reajuste agora em razão da greve anunciada no BC. Uma ala do governo diverge da interpretação e diz que o aumento acima da **inflação** pode ser dado depois de sábado, desde que não seja para todo o funcionalismo. Para o advogado e professor especialista em Direito Eleitoral e administrativo, Rodolfo Prado, no entanto, não há brecha para conceder o reajuste. "A Justiça Eleitoral é rígida e entende que o reajuste a servidores nos seis meses anteriores à eleição é vedado."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Após servidores do BC, outras categorias organizam greve

Um dia depois de os servidores do Banco Central anunciarem uma greve por tempo indeterminado a partir de sexta-feira, categorias do funcionalismo público intensificaram movimentos pela paralisação ontem prometendo ampliar mobilizações caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) não conceda reajustes lineares a todo o funcionalismo.

Funcionários do Tesouro aprovaram cruzar os braços em dois dias, na sexta-feira e no próximo dia 5, para pressionar por reajuste de 19,9%, que, segundo a categoria, repõe a **inflação** entre 2019 e 2021. A categoria também deve votar na próxima terça a possibilidade de greve por tempo indeterminado.

Ontem, servidores da **Receita Federal** fizeram uma manifestação na frente do prédio do Ministério da Economia.

Levantamento do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco) mostra que orçamento do órgão teve redução de 60% nos últimos cinco anos, sem considerar as perdas inflacionárias. Somente neste ano, o corte foi de 51% se comparado ao orçamento que estava previsto inicialmente, de R\$ 2,2 bilhões.

Os auditores também pedem a regulamentação da Lei 13.464, de 2017, que trata da instituição da gratificação, um bônus de eficiência. Desde dezembro de 2021, os auditores fiscais estão mobilizados. Segundo o sindicato, mais de 5 mil auditores assinaram carta se recusando a aceitar cargos de chefia, além da articulação da operação-padrão (tartaruga) nos postos de fronteira.

No BC, o presidente Roberto Campos Neto se reuniu com os servidores ontem, mas, segundo o sindicato da categoria, não houve apresentação de proposta para reajuste.

Uma nova reunião do sindicato com Campos deve ocorrer depois de amanhã. Os servidores do órgão querem reajuste de 26,6%.

Movimento

Funcionários do Tesouro decidiram parar por dois dias e não descartam greve por tempo indeterminado

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Congresso e empresários articulam Simples maior

Daniel Rittner De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

CNI coloca como prioridade PEC tributária no Senado

Vandson Lima e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Brasil tem saldo de 328,5 mil vagas formais em fevereiro

Dados do Caged mostram desaceleração nos empregos com carteira de trabalho, considerado normal pelo governo para este início de ano



Fernanda Strickland

O Brasil criou 328,5 mil empregos com carteira assinada em fevereiro de 2022. O número representa uma queda, quando comparado a fevereiro de 2021. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Previdência ontem. Em coletiva de imprensa, o secretário-executivo da pasta, Bruno Dalcolmo, afirmou ser natural que se espere alguma desaceleração na abertura no saldo de empregos frente ao ano passado. Segundo ele, as empresas não continuarão contratando no mesmo ritmo para sempre. "Mas é um número expressivo que merece comemoração (o resultado de fevereiro)", declarou.

Ao todo, no mês passado, o país registrou 2.013.143 contratações e 1.684.636 demissões. Esse resultado representa a maior geração mensal de empregos formais desde agosto de 2021, quando as contratações superaram as demissões em 383 mil vagas. De acordo com o secretário-executivo do ministério, Bruno Dalcolmo, esta foi a primeira vez que o total mensal de admissões superou 2 milhões de vagas, considerando a série com declarações feitas dentro do prazo. O secretário, entretanto, destacou que o resultado não pode ser considerado estrutural e que a tendência é de redução nas contratações.

"O que vemos aqui em fevereiro de 2022 do ponto de vista das admissões é algo importante a ser notado. Pela primeira vez, estamos acima de 2 milhões de contratações. É claro que não é possível afirmar que é algo estrutural e que permanecerá nesse patamar", disse. "Temos já registrado que é natural que se espere alguma desaceleração com relação ao nível de contratação do ano passado. É um processo natural, as empresas não continuarão contratando naquele ritmo do ano passado para sempre", acrescentou.

Os números mostram que, no mês de fevereiro, os cinco grupamentos de atividade econômica apresentaram saldo positivo, com destaque para o setor de serviços, com geração de 215.421 novos postos com carteira assinada, distribuídos principalmente nas atividades de administração pública, defesa e **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais.

A indústria geral fechou o mês com 43 mil novos postos, concentrados especialmente na indústria de transformação, que gerou 38.575 postos. A construção fechou o mês com 39.453 novos empregos. Na sequência vêm a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que gerou 17.415 postos; e o comércio, com 13.219 postos. Com o resultado de fevereiro, o estoque de empregos formais ativos ficou em 41.157.217 vínculos, uma variação positiva de 0,8% em relação ao estoque do mês anterior. No acumulado de 2022, o saldo registrado é de 478.862 empregos com carteira assinada, decorrente de 3.818.888 admissões e de 3.340.026 desligamentos.

GANHO MENOR E TRABALHO INTERMITENTE

Os dados do novo Caged mostram ainda que o salário médio de admissão em fevereiro de 2022 foi de R\$ 1.878,66. O valor é menor que o registrado em janeiro, com um decréscimo de R\$ 61,14, o que equivale a uma variação de -3,15%. Revelam ainda o resultado em outras modalidades de contratação. Em fevereiro, o novo Caged registrou 25.396 admissões e 16.568 desligamentos na modalidade de trabalho intermitente, gerando saldo de 8.828 empregos. Foram 5.287 estabelecimentos contratantes e 36 empregados celebraram mais de um contrato na condição de trabalhador intermitente.

"Do ponto de vista das atividades econômicas, o saldo de emprego na modalidade de trabalho intermitente distribuiu-se por: serviços (6.906 postos), construção (1.115 postos), indústria geral (422 postos), agropecuária (207 postos) e comércio (178 postos)", informou a pasta.

Em relação ao trabalho em regime de tempo parcial, foram registradas 26.104 admissões e 16.586 desligamentos, um saldo de 9.518 empregos. Foram registrados 9.493 estabelecimentos contratantes e 158

empregados celebraram mais de um contrato em regime de tempo parcial. O saldo de emprego em regime de tempo parcial ficou assim distribuído por setor: serviços (5.615 postos), indústria geral (2.286 postos), comércio (1.167 postos), construção (241 postos) e agropecuária (209 postos).

REGIÕES Em fevereiro, 25 das 27 unidades da Federação fecharam o mês com saldo positivo de empregos. Os destaques foram: São Paulo, com 98.262 postos; Minas Gerais, com 36.677 novos postos; e Paraná, com 28.506 postos. Os estados com menor saldo registrado foram o Amapá, que apresentou um saldo positivo de 158 postos; seguido de Alagoas e Paraíba, que apresentaram saldo negativo, ou seja, fecharam 600 postos e 1.451 postos, respectivamente. Entre as regiões, a Sudeste fechou fevereiro com 162.442 novos postos. Na sequência vem o Sul, com 82.898 postos de trabalho; Centro-Oeste, 40.930 postos; Nordeste, com 28.085 postos; e a Região Norte, com 12.727 postos.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/30/03/2022/p1>

Após nove anos da PEC, domésticas ainda sofrem com falta de direitos (Artigo)

Bruna Kauer

Entre 2019 e 2021, a informalidade das empregadas domésticas no Brasil cresceu 4%, segundo levantamento realizado pelo Instituto Doméstica Legal. À primeira vista, o crescimento pode não parecer tão problemático, mas, ao analisar a estrutura e os avanços que este setor obteve nos últimos anos, os dados podem se mostrar alarmantes.

As consequências desse avanço podem ser preocupantes no longo prazo, ao não terem a oportunidade de um emprego com carteira assinada, se tornam cada vez mais vulneráveis a problemas financeiros e sociais.

Em São Paulo, onde 270 mil postos formais de empregadas domésticas foram fechados, a informalidade saltou de 65,50% para 71,09%. O Rio de Janeiro fechou 71 mil vagas e presenciou a informalidade passar de 72,42% para 77,92%.

Como a pandemia afetou a profissão das domésticas?

A profissão de empregada doméstica está intrinsecamente ligada às situações sociais e estruturais presentes no Brasil e se caracteriza pelos altos níveis de informalidade, salários insuficientes e desproteção sindical. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) estima que, do total de trabalhadores domésticos, 92% são mulheres, das quais 65% são negras.

Um dos grandes fatores para o crescimento da informalidade no país está certamente conectado com a chegada da Covid-19 ao país, ainda no ano de 2020.

Com um país frágil em termos econômicos, alguns empregadores ainda optaram por manter o pagamento das empregadas domésticas mesmo que elas não pudessem realizar o trabalho durante grande parte daquele ano.

Porém, em maior proporção, os empregadores, que em grande maioria fazem uso dos serviços das empregadas domésticas pela informalidade, optaram por demitir temporariamente ou em definição essa parcela trabalhadora.

A pandemia nos deu a dimensão da situação de extrema vulnerabilidade que a categoria se encontra e dos seus desafios estruturais. Pesquisas recentes consideram que 70% das profissionais não possuem Carteira de Trabalho assinada, ou seja, a falta de fiscalização e condições precárias de trabalho representam os principais fatores que expõem as profissionais no atual contexto da pandemia.

Sem nenhum tipo de direito ou proteção trabalhista devido à informalidade, como valor de rescisão, seguro-desemprego, entre outros, as empregadas domésticas tornam-se ainda mais vulneráveis às relações empregatícias, devido à clara necessidade do trabalho para sobreviver.

Ainda segundo o Dieese, em 2021, o rendimento médio mensal dos trabalhadores domésticos caiu de R\$ 924 para R\$ 876.

Mesmo com a PEC das domésticas, que permitiu avanços em relação ao controle de horas, faltas, descontos, apresentação de atestado médicos, adicional noturno e o Projeto de Lei 1.766/2019 que prorroga até 2024 a autorização para que empregadores deduzam do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à **Previdência Social** pela contratação de empregados domésticos, o país começa a dar sinais de retrocesso quanto aos direitos dos profissionais deste setor.

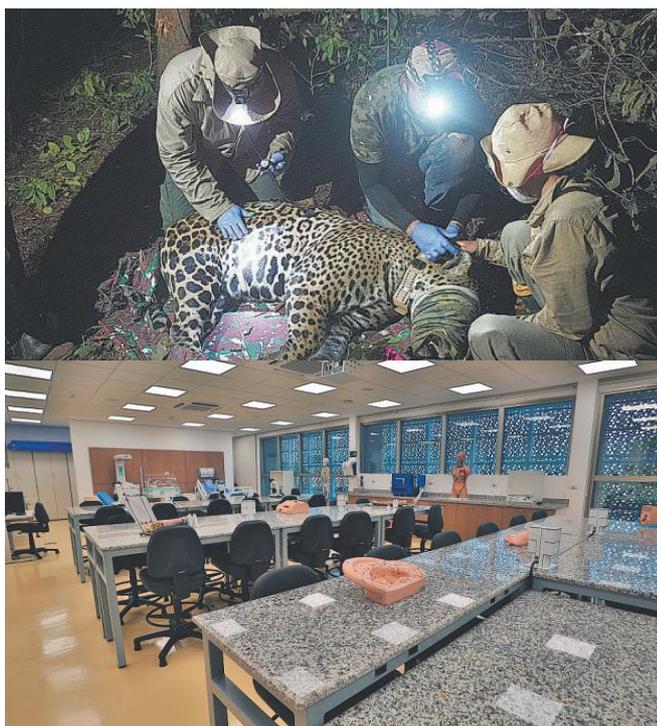
O Brasil ainda carece de mais políticas trabalhistas presentes para essa parcela trabalhadora da sociedade, e, se as políticas públicas não forem executadas, o futuro tende a ser ainda mais complicado para os trabalhadores domésticos.

Bruna Kauer. Bacharel em direito e pós-graduanda em direito do trabalho

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16606>

CNC defende ajustes na PEC 110, que trata da reforma tributária - COMÉRCIO EM PAUTA



COMÉRCIO EM PAUTA

Divergências em torno do relatório final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 110/19, a **reforma tributária** proposta pelo Senado, resultaram no adiamento da votação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no dia 16 de março.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que vem trabalhando por ajustes no texto, comentou a decisão do presidente do colegiado, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), de adiar a votação.

"Isso mostra que os parlamentares estão sensíveis ao tema e à potencial perda de empregos e renda da população", disse o presidente José Roberto Tadros.

Na proposta central de simplificar o sistema tributário, a PEC 110/19 vai inevitavelmente majorar a carga tributária aos segmentos de serviços, inviabilizando milhares de negócios no Brasil e desestimulando a geração de empregos. A CNC defende, entre outros pontos, a premissa da carga tributária setorial, a

diferenciação de alíquotas aos diversos setores da economia (indústria, comércio e serviços) e a garantia do direito ao creditamento amplo.

"O Brasil precisa de uma **reforma tributária**. É consenso.

Mas a PEC 110/19, do jeito que está, vai inviabilizar milhares de empresas do setor de serviços.

Alguns segmentos terão a sua tributação elevada em até 200%! Não há como sobreviver", alertou Tadros.

SESC PANTANAL AJUDA A SALVAR ONÇAS-PINTADAS, AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

Aprimeira onça-pintada capturada para a pesquisa em andamento na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sesc Pantanal, localizada em Barão de Melgaço, no Pantanal de Mato Grosso, recebeu o colar com GPS para o monitoramento no período de aproximadamente um ano.

O estudo do maior felino das Américas, ameaçado de extinção, é importante para a conservação da espécie e funciona como um "guarda-chuva", ao contemplar todo o ecossistema com informações sobre diversas espécies e paisagens.

O animal capturado tem cerca de seis anos, pesa 103 quilos e recebeu o nome de Niti Cáre, que significa "menino bonito" em macro-jê, tronco linguístico dos Bororos e Guatos, presentes na região.

Outras quatro onças receberão o colar de monitoramento.

A pesquisa é realizada pelo Polo Socioambiental Sesc Pantanal, em parceria com o Museu Nacional e colaboração do Instituto Reprocon e do Grupo de Estudo em Vida Silvestre (GEVS).

SENAC INAUGURA MAIS UMA MODERNA UNIDADE DE ENSINO PROFISSIONAL

Omunicípio de Ourinhos, no interior de São Paulo, tem agora motivos para crer na força transformadora da

educação profissional. A cidade do oeste paulista ganhou uma unidade do Senac para oferecer cursos técnicos e livres nas áreas de tecnologia da informação, moda e beleza, design e arquitetura, comunicação e artes, saúde e bem-estar, meio ambiente, segurança e saúde no trabalho, gastronomia e nutrição. A capacidade de atendimento da unidade é de 1.500 alunos por dia.

Inaugurado no dia 24 de março, no bairro Vila Nova, o prédio conta com mais de 7.700 metros quadrados de área construída. São oito salas de aula convencionais, biblioteca, auditório, áreas de convivência, doze laboratórios e outros ambientes planejados para atender às crescentes necessidades de uso de tecnologias móveis auxiliares nos processos de aprendizagem.

A construção sustentável inclui sistema de aquecimento solar de água, fachadas ventiladas, iluminação em LED e diversos outros itens compatíveis com altos padrões ambientais. Além disso, o Senac Ourinhos é totalmente acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A oferta de vagas para os cursos do Senac Ourinhos será destinada 80% para gratuidade a interessados de 35 cidades do entorno, como Assis, Canitar, Ipaussu, Piraju, São Pedro do Turvo, Santa Cruz do Rio Pardo, Salto Grande, Ribeirão do Sul e Chavantes.

Produtividade no Brasil em 2021 é a mais baixa em 12 anos, indica FGV

Alessandra Saraiva Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Na OCDE, Guedes promete reforma tributária

Assis Moreira De Genebra

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Medicamentos ficam mais caros a partir de 1º de abril

Michelle Portela Maria Eduarda Angeli*

Remédios deverão ficar mais caros nos próximos dias. Nesta semana, a Câmara de Regulamentação do Mercado de Medicamentos (Cmed) divulga a nova tabela de preços, com data de vigência a partir de 1º de abril. De acordo com o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), a alta deverá ser de pelo menos 10%.

O reajuste deve acompanhar os índices inflacionários. O cálculo para os preços de medicamentos é feito anualmente pela Cmed. Segundo dados do IBGE, os valores de alimentos (23,15%) e transportes (22,28%) subiram bem mais do que os remédios no biênio.

No ano passado, as medicações sofreram elevação abaixo da **inflação**: 6,17%, ante os 10,06% acumulados pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA). Em 2020, ano de início da pandemia de covid-19, a **inflação** nos produtos chegou a ser negativa (-2,28%). Em 2022, o IPCA em 10,89% deverá servir de referência à projeção mínima de reajuste.

De acordo com o presidente executivo do Sindusfarma, Nelson Mussolini, "os medicamentos têm um dos mais previsíveis e estáveis comportamentos de preço da economia brasileira". Foram apontados pelo Sindicato outros fatores para a manutenção de preços, como os **impostos** embutidos no preço dos medicamentos. A carga tributária equivale a até 32% do valor final pago pelo consumidor.

Além disso, hipertensivos, medicamentos para diabetes e outros produtos para doenças de larga incidência oferecidos gratuitamente no Programa Aqui Tem Farmácia Popular são vendidos pelos fabricantes por valores de reembolso baixos, que não são reajustados há anos.

"É importante o consumidor pesquisar nas farmácias e drogarias as melhores ofertas dos medicamentos prescritos pelos profissionais de saúde. Dependendo da reposição de estoques e das estratégias comerciais dos estabelecimentos, aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer", justifica Mussolini.

Em nota, a Sindusfarma afirmou que nenhuma empresa pode aumentar o preço máximo ao consumidor (PMC) de seus produtos sem autorização

do governo. "Uma única vez a cada ano, os aumentos de custo de produção acumulados nos 12 meses anteriores podem ser incorporados ao preço máximo ao consumidor (PMC) dos medicamentos, a critério das empresas fabricantes, aplicando-se uma fórmula de cálculo criada pelo governo".

A unidade sindical destacou ainda que a cotação do dólar chegou a aumentar quase 40% no último biênio, enquanto custos com contratação de frete e seguros tiveram alta de 10% e gasto com embalagens, considerando a moeda norte-americana, 40%. No acumulado do ano passado e o anterior, a **inflação** geral somou 78,91%, ao passo que os preços de medicações variaram pouco menos de 56%, conforme o IPCA.

Expectativa

A bancária Tatiana Castro, de 47 anos, diz que um possível aumento de 10% é "absurdo" e deve impactar em muito seu orçamento. "É muita coisa. Eu faço uso de medicação controlada. Ao longo desses últimos anos, o preço vem aumentando muito, de forma bem desproporcional", relata.

"(O aumento) vai interferir muito no orçamento, porque a minha compra de remédio não é uma coisa de R\$ 40, R\$ 50. É em torno de uns mil reais, quase, por mês. Então interfere muito, R\$ 100 é muita coisa", completou.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

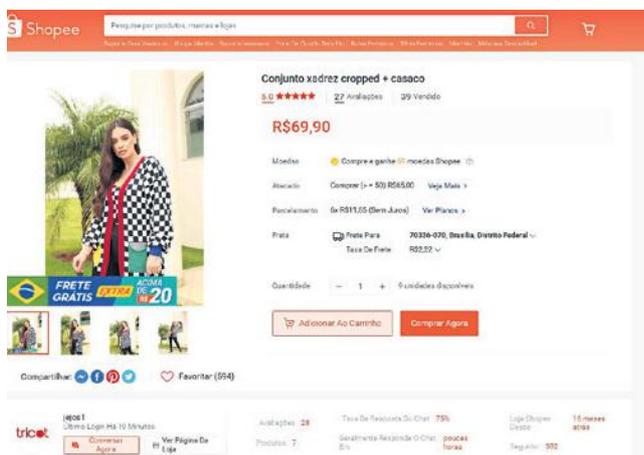
Como o reajuste é calculado

O reajuste dos remédios considera o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a **inflação** oficial do país, e mais três fatores, batizados de "X", "Y" e "Z".

IPCA: **inflação** oficial do país acumulada de março de 2021 a fevereiro de 2022; Fator X: mede o nível de produtividade do setor farmacêutico; Fator Y: mede os impactos de itens que estão fora do IPCA; Fator Z: existem três níveis (1, 2 ou 3), definidos com base na concorrência do mercado. Se um remédio é vendido por apenas uma empresa, por exemplo, o reajuste vai entrar no nível 3, que é mais baixo.

Fonte: Sindusfarma

Com 5% do mercado, Shopee quer ampliar negócios no Brasil - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

A empresa de comércio eletrônico Shopee, de Cingapura, está com o foco voltado para o Brasil. Recentemente, o grupo Sea, proprietário da Shopee, anunciou o fechamento das operações na Índia por enfrentar barreiras regulatórias por lá. Com isso, a marca deverá ampliar investimentos na América Latina, tendo o mercado brasileiro como protagonista. Em relatório, o banco Goldman Sachs lembra que em apenas dois anos de atividades a companhia já detém 5% do comércio eletrônico no Brasil.

Consumidor paga até 48% de imposto na compra de carro zero

O preço do carro zero quilômetro nunca esteve tão alto no Brasil. Diversos fatores explicam o fenômeno. Os componentes jamais foram tão caros e o custo do frete também disparou. É preciso, porém, apontar o dedo para um entrave nacional: a altíssima carga tributária. Atualmente, o consumidor brasileiro paga até 48% de

impostos na compra de um veículo fabricado no país. Não há mordida deste tamanho no mundo. Na Europa, a taxa média é de 17% sobre o valor do automóvel. Nos Estados Unidos, 7%.

Binance planeja contratar 4 mil funcionários para operação brasileira

A Binance, maior corretora de criptomoedas do mundo, tem planos ousados para o Brasil. A empresa anunciou a abertura de um escritório no Rio de Janeiro e a previsão de contratar 4 mil funcionários para a operação no país. Há alguns dias, o chinês Changpeng Zhao, fundador da Binance, esteve no Rio para acertar os detalhes do projeto. Zhao é um mito corporativo. Ele criou a Binance em 2017 e, desde então, embolsou US\$ 96 bilhões, fortuna que o coloca como a 11ª pessoa mais rica do mundo.

2 milhões

de empregos serão gerados no Brasil em 2022, segundo estimativa do governo. Se o número se confirmar, o desemprego no país atingirá o mesmo patamar pré-pandemia

Dado que o Twitter serve como a praça pública de fato, não aderir aos princípios da liberdade de expressão prejudica fundamentalmente a democracia. O que deveria ser feito? É necessária uma nova plataforma?" Elon Musk, dono da Tesla e homem mais rico do mundo, insinuando que poderá criar uma nova rede social

Rapidinhas

» A Caixa Econômica Federal lançou um programa de microcrédito para pessoas físicas e pequenas empresas. Apenas no primeiro dia da iniciativa, 1,5 milhão de interessados solicitaram o empréstimo, o que dá a dimensão da demanda por crédito no país. O valores são baixos: R\$ 300 para pessoas físicas e até R\$ 3 mil para microempreendedores.

» Em ano eleitoral, o governo quer facilitar a obtenção de recursos. Nesta semana, voltou a aumentar para 40% o percentual máximo de empréstimo consignado com desconto na folha de pagamento para aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). A medida havia sido

adotada em 2021, no auge da pandemia.

» A nova geração do iPhone SE, lançada neste ano pela Apple, parece não ter agradado aos consumidores. Com a baixa demanda, a empresa da maçã reduziu em cerca de 20% a produção do aparelho. A ideia era que ele concorresse com celulares econômicos, mas o preço de US\$ 429 é superior ao de rivais, que oferecem os mesmos recursos.

O tapa do ator Will Smith no comediante Chris Rock durante a cerimônia do Oscar virou criptomoeda e token não fungível (NFT). Chamada Will Smith Inu (WSI), a moeda digital de meme chegou a disparar 730% nas últimas 24 horas. Uma das coleções de NFTs sobre o assunto é "Will Smith Slap DAO", negociada a US\$ 7.

O desafiante cenário de inflação (Artigo)



ARMANDO CASTELAR - Professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador associado do IBRE/FGV

Semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a **inflação** de meio de mês para março, medida pelo IPCA-15. Havia pouco ou nada para comemorar. A **inflação** no mês foi de 0,95%, trazendo o acumulado do ano para 2,54%. O mercado espera mais um resultado nessa faixa em abril, levando a **inflação** do primeiro quadrimestre para 3,5%, que é a meta do Banco Central para todo ano de 2022.

A **inflação** em 12 meses anda acima disso, batendo em 10,8% este mês. Olhando-se os componentes principais do índice, encontram-se alguns números tão ou mais assustadores. Os preços de alimentos, por exemplo, subiram 12,2% e os de bens industriais, 13,2%, com os de duráveis aumentando 14,9%. Os preços administrados, por sua vez, subiram 14,1%.

O destaque entre os preços administrados são conhecidos: o gás veicular, subiu 43,1% em 12 meses; o gás encanado, 31,0%; a energia elétrica residencial, 28,3%; a gasolina, 27,7%; o gás de botijão, 25,6%, e por aí vai. Só esses itens somam 11,6% da cesta de consumo das famílias, o que dá uma ideia das dificuldades que estas estão enfrentando.

Entre os grandes componentes do IPCA- 15, apenas os preços de serviços tiveram alta de um dígito no acumulado de 12 meses: 6,2%. Mas essa taxa vem

subindo - era de 4,5% seis meses atrás, por exemplo - e deve seguir fazendo-o, conforme a pandemia retrocede e o setor se recupera.

A **inflação** alta está transferindo renda do setor privado para o setor público por diferentes canais. Ela tem reduzido as despesas públicas, não só por os salários no setor público estarem sem reajuste, mas também por ela reduzir o valor médio real dos benefícios sociais. Por outro lado, as receitas tributárias aumentam, uma vez que itens como gasolina e eletricidade pagam **impostos** elevados.

O outro lado da moeda disso, porém, é a redução do rendimento real do trabalho. Os dados sobre isso são mais defasados, mas mostram que, no trimestre terminado em janeiro de 2022, o rendimento real recebido em todos os trabalhos foi 7,2% menor que um ano antes, depois de ter caído 2,7% nos 12 meses anteriores. Ou seja, uma queda de quase 10% em dois anos. Com a **inflação** na faixa de 1% ao mês, quase, a tendência é a renda real cair mais.

Há perdas também na outra ponta da pirâmide social: os detentores de títulos da dívida pública há algum tempo acumulam perdas, com o rendimento desses papéis ficando abaixo da **inflação**. Assim, no acumulado de 12 meses até janeiro, último dado disponível, a taxa de juros implícita incidente sobre a dívida bruta do governo geral foi de 7,9%, enquanto a **inflação** foi de 10,4%.

Aonde isso vai parar? No curto prazo, há um risco considerável de que a **inflação** acelere, ainda que a tendência mais à frente seja de queda. Pressionando para cima, neste segundo trimestre de 2022, estarão a retomada de serviços, que deve promover uma tentativa de recuperação das perdas reais no último par de anos, e a **inflação** importada, em especial por conta da forte alta dos preços das commodities.

Jogando a favor, está a significativa valorização do real desde meados de janeiro.

A alta das commodities impressiona. No acumulado de 12 meses até fevereiro, esses preços subiram 30,1%, sendo 22,6% nas agrícolas, 29,7% nas metálicas e impressionantes 61,0% nas energéticas. E essas taxas ainda não captam o impacto da guerra na Ucrânia e, principalmente, as sanções econômicas impostas em reação a ela. Estas, como se sabe, levaram a significativos saltos nos preços de itens como petróleo, soja, trigo etc.

De forma geral, a menos de uma substancial apreciação adicional do real, a tendência dos próximos anos é que a **inflação** importada siga alta. Isso porque, mesmo que a guerra em si acabe logo (tomara!), as sanções devem permanecer, gerando pressões sobre a oferta de commodities e as cadeias de produção. E porque, apesar da retórica forte, na prática os bancos centrais dos países ricos vão tolerar uma **inflação** razoavelmente acima da meta nos próximos anos.

Um sintoma disso é a **inflação** implícita nos juros pagos pelo Tesouro americano de 10 anos: 2,95%, quase um ponto acima da meta.

Isso significa que os preços externos em dólares devem seguir subindo.

Por aqui, o Banco Central tem sido bem mais firme em elevar os juros do que lá fora. Mas também ele parece disposto a trazer a **inflação** para a meta apenas gradualmente.

Difícilmente, isso ocorrerá em 2023. Enfim, a volta da **inflação** ao topo das manchetes de economia ainda deve durar um tempo, infelizmente.

O império americano (Artigo)

Sacha Calmon

As sanções impostas unilateralmente pelos EUA à Rússia contra a Carta das Nações Unidas (ONU) são tão violentas e odiosas quanto a decisão russa de invadir a Ucrânia por muitas razões (entre elas, a dos laboratórios de armas biológicas), motivo de preocupação do eixo Rússia-China, que também vê-se incomodado pela crescente presença militar dos EEUU no mar do Sul da China.

Ernani Torres, da UFRJ, faz considerações pertinentes sobre o presente assunto: "Historicamente, o dólar tornou-se a moeda central do sistema monetário graças a uma trajetória operada pelo governo americano. Não foi um processo de seleção competitiva. Bretton Woods, que consagrou em tratado a supremacia do dólar em 1944, foi, antes de tudo, uma capitulação dos ingleses e da libra. O Reino Unido teve de pagar esse preço pelo auxílio americano na guerra contra a Alemanha. Sem competidores, a centralidade do dólar no pós-guerra foi uma consequência da relevância dos EUA no vácuo gerado pelo conflito mundial. No entanto, essa centralidade da moeda americana ficou até 1970 restringida pela segmentação dos mercados financeiros nacionais, graças às regulações e a permanência de controles cambiais".

Desde então, essas limitações praticamente desapareceram e deram lugar à globalização financeira. "Hoje, grandes empresas, mercados de commodities e de câmbio e os mecanismos de liquidez e de pagamentos internacionais são muito dependentes do dólar e da política do banco central americano. Trata-se de um sistema poderoso, abrangente e de difícil contestação, no qual todos os Estados, para seu próprio bem-estar, dependem da benevolência das autoridades americanas."

Essas considerações facilitam a resposta a duas perguntas. A capacidade de a China acomodar o choque das sanções americanas sobre a Rússia é muito limitada. O sistema financeiro chinês está sujeito a controle de capitais. Seus bancos, apesar de grandes em ativos, são novatos nas finanças internacionais. A possibilidade de conseguirem usuários estrangeiros para o yuan é limitada. Pouco podem fazer pela Rússia, apesar do grande porte da sua economia, de suas elevadas reservas em dólares e títulos da dívida americana, que é gigantesca.

O sistema globalizado evoluiu com base em opções

determinadas pelos americanos. O congelamento das reservas russas não é uma novidade, já que foi também utilizado recentemente contra o Afeganistão, a Venezuela e o Irã. Dólares de outros países são ativos desses governos, que estão registrados no sistema monetário dos EUA e, portanto, sob sua jurisdição. Se as reservas russas ainda estavam em dólares na véspera da invasão da Ucrânia, essa opção se deveu não ao desconhecimento pela Rússia do risco do congelamento, mas à sua crença no sistema bancário internacional.

Moedas não são mercadorias quaisquer, mas ativos específicos - ouro, papel, depósitos - a que os Estados atribuem a capacidade de liquidarem obrigações financeiras essenciais, tais como **impostos** e dívidas. A isso se soma a obrigação imposta pelos governos de os agentes econômicos terem que honrar suas dívidas, sob pena de empresas poderem ser condenadas à morte (falência) e as famílias enfrentarem dificuldades para atender às suas necessidades básicas. Essa é a dureza do capitalismo e sua desgraça final.

As únicas forças que os EUA não controlam são o crescimento econômico e comercial da China e o poderio nuclear da Rússia, que não aceita (nunca aceitou) ser derrotada. Forças poderosas no interior dos EEUU estão exigindo uma saída para a crise, aceitando a perda do Leste ucraniano (que a Rússia considera ameaça à sua segurança).

Nesse sentido, o Brasil é favorável ao cessar-fogo imediato, à proteção de civis e de infraestrutura civil, ao acesso desimpedido aos serviços humanitários e à pronta solução política do atual conflito baseado nos acordos de Minsk, assinados tanto pela Rússia quanto pela Ucrânia, em 2015, e aprovados pelo Conselho de Segurança da ONU. O presidente falou de solidariedade à Rússia, no sentido que tem essa palavra de firme, sendo o Brasil um parceiro confiável da Rússia, dentro dos princípios que nós respeitamos", disse França, o chanceler brasileiro.

Na época, a declaração de Bolsonaro gerou críticas por passar a impressão de que o governo brasileiro havia escolhido um lado na guerra entre Rússia e Ucrânia, dias antes do início da invasão. O próprio presidente negou tal entendimento, optando pela neutralidade.

O ministro chegou a criticar declarações que teriam partido do governo americano, em Washington,

contrárias ao tom da manifestação de Bolsonaro. "Não julgamos adequado que um país, qualquer país, possa fazer uma interpretação das declarações do nosso chefe de Estado", afirmou França.

O nosso agronegócio sairá ferido, a uma pelo aumento dos combustíveis, a duas pelo "choque" das sanções americanas. Uma coisa é certa, nossa comida passará a custar mais.

Sacha Calmon, Advogado, coordenador da especialização em direito tributário da Faculdades Milton Campos, ex-professor titular da UFMG e UFRJ

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/30/03/2022/p1>



Guedes diz que troca de presidente da Petrobras não é problema dele

Paloma Varón

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que a troca no comando da Petrobras não é um problema dele e que deseja boa sorte ao novo presidente da companhia.

Guedes participou de entrevista coletiva à imprensa francesa e internacional nesta terça-feira (29), na Embaixada do Brasil em Paris, onde, meio contrariado, comentou a indicação de Adriano Pires para ser o novo presidente da Petrobras: "Não é problema meu".

Em Paris para acelerar o processo de adesão do Brasil à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o ministro, que se autodeclarou liberal repetidas vezes, disse sonhar em privatizar a estatal e que "o novo presidente da Petrobras é menos importante que a sua privatização".

Na entrevista, que durou mais de uma hora, em inglês, repetiu que já havia indicado um presidente para a Petrobras no início do mandato de Bolsonaro, Roberto Castello Branco.

Castello Branco afirmaria, depois da sua demissão, em 2021, que teria sido afastado do cargo porque se manifestara a favor da privatização de empresas estatais, o que teria irritado o presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Quando eu penso em Petrobras, eu penso que a gente deveria privatizar a Petrobras, mas eu não tenho votos, sou só um ministro da Economia. Eu não tenho nada a comentar sobre a Petrobras", afirmou Guedes.

Quando os jornalistas presentes insistiram no assunto, Guedes disse: "O que eu posso dizer? Desejo boa sorte ao presidente da Petrobras. Estou mais preocupado com a guerra, como vamos atenuar os impactos de preços, reduzir os **impostos** é o primeiro passo, pensar em reforçar ajudas para os mais frágeis, se os preços continuarem subindo, deve ser o segundo passo."

Alternando um discurso declaradamente liberal a um discurso social -que agrada ao público europeu-, o ministro afirmou que devem ser privatizadas pelo governo até o final do ano Eletrobras, Correios e os aeroportos do Galeão, Santos Dumont e Congonhas.

Segundo ele, o dinheiro das privatizações deveria servir para ajudar os mais pobres. "Por que não distribuímos, além de renda, nossas riquezas?", questionou o ministro.

Ele comparou a situação do Estado brasileiro com o francês, que tem bilhões de dólares em estruturas e empresas estatais e de vez em quando vemos alguém dormindo debaixo da Torre Eiffel.

"Faça uma transferência de renda, ou melhor, uma transferência de riqueza (do Estado) para ajudá-lo a comprar uma moradia. Eu acho que é melhor do que ter uma empresa estatal que produz uma commodity, eu prefiro vender e dar o dinheiro para os pobres. Acho que teria um impacto muito maior na economia."

O ministro disse que, como bom liberal, quer remover **impostos** e que, se pudesse, reduziria os **tributos federais a zero**. Mas que é contra o subsídio para os combustíveis.

"Isso iria ajudar aos ricos que têm jatinhos, helicópteros, barcos". Para abordar esta questão, Guedes citou o método socrático (dialético): subsidiar a gasolina ou apostar numa agenda verde?

"Eu não acho que subsidiar a gasolina seja a maneira mais inteligente", declarou.

O ministro reagiu também à pesquisa Datafolha em que 75% dos brasileiros responsabilizam o governo Bolsonaro pela alta da **inflação**. Irritado, disse que "o Datafolha está coletando dados para a eleição de Lula".

"A **inflação** nos EUA saiu do zero a 8,5%. Na Alemanha, também saiu de zero para 7%. É claramente um fenômeno global e temos dois fatores: o impacto da pandemia, com a contração da cadeia de mantimentos e de fornecedores, menos serviços, e o governo respondeu a isso aumentando as políticas fiscais e monetárias, aumentando a demanda. Então isso gerou **inflação**, naturalmente, mesmo antes da guerra, mas por causa de Bolsonaro. Ou você tem que dizer que nos EUA é por causa de Biden e que na França é por causa de Macron", disse o ministro.

"Apenas removam o viés político, a **inflação** brasileira

não tem nada a ver com Bolsonaro. Tem a ver com o choque da pandemia. Todo o mundo teve de lidar com isso."

Segundo o ministro, agora veio a guerra, que elevou os preços dos combustíveis, fertilizantes e alimentos.

"Se você for para a Venezuela e perguntar qual a causa da **inflação**, vão dizer que é dos americanos. Então eu acho que o Datafolha está fazendo o seu trabalho, sem problema, está coletando dados para dizer que Bolsonaro é um mau presidente e que Lula está voltando, e vai ter dinheiro para todo mundo, inclusive para a imprensa", concluiu, acrescentando que estava ficando cansado.

O ministro também comparou as políticas monetárias do Brasil e da Europa.

"Tem algo errado nos Bancos Centrais da Europa. Eles não estão praticando uma boa política monetária, com 8% de **inflação** e taxas de juros de 0,5%. A **inflação** vai ser um grande problema aqui. No Brasil, a taxa de juros é 12% e a previsão da **inflação** para este ano é de 6%, ou seja, as taxas de juros reais são muito positivas. Nos EUA e na Europa, eles estão se movendo muito lentamente", alfinetou.

No final da coletiva, já em português, o ministro resumiu a visita a diversos diretores e delegados da OCDE.

"O Brasil está muito bem posicionado nesta lista de acesso à OCDE, todos os protocolos estão em andamento. Nós tivemos excelentes reuniões aqui com os diretores das respectivas áreas -legal, de relações globais, tributárias- e nós estamos fazendo convergências em direção às melhores práticas que são usadas internacionalmente".

Em 25 de janeiro deste ano, os 38 membros do Conselho OCDE decidiram, por unanimidade, convidar o Brasil (junto com mais cinco países: Argentina, Peru, Romênia, Bulgária e Croácia) a dar início ao processo formal de ingresso na organização, que reúne as economias mais avançadas do mundo.

Segundo Guedes, há um reconhecimento de que o Brasil tem feito um bom trabalho e de que o país é um candidato muito forte, em relação aos outros. "Há uma percepção de que o Brasil está bem à frente. Basta ver a lista de instrumentos. São 240 e poucos instrumentos, já temos 104 ou 105 avançados e mais 70 em andamento".

Sobre as eleições presidenciais de outubro, o ministro declarou: "Se nós tivermos aqui, acho que a convergência vai ser muito rápida. Mas se tiver com

gente que é contra a privatização, contra abrir a economia, a favor de recuar em todas as reformas que foram feitas, que aliás nunca deu prioridade nenhuma a entrar na OCDE -os governos anteriores não tinham esta prioridade- então vai ter um retrocesso importante", finalizou.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49865>

Campanha eleitoral já ameaça 2023 (Artigo)

Vinicius Torres Freire *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

A campanha eleitoral, fantasias econômicas ou demagogias descaradas podem causar problemas sinistros para quem vai governar a partir de 2023. Alguém pode acreditar que, a partir do ano que vem, vai voltar a correr leite e mel de cofres sem fundo do governo ou que a "força de vontade política" vá resolver as penúrias e falta de investimento que ajudam a encalacrar o país desde 2014, pelo menos. Acho que não.

A campanha mal começou e já há planos de aumentos de servidores, ideias ruins para a Petrobras e reduções malucas de **impostos**, um jogral cantado pelo governo e por candidatos a presidente que detestam o governo.

Considere-se o caso da Petrobras. Suponha-se que as ideias de tabelar seus preços e obrigar a empresa a construir novas refinarias à matroca não sejam em si um problema para a companhia (sim, estamos no reino da fantasia). Bem administrada, a Petrobras é uma vaca leiteira, rende muito dinheiro para o governo, assim como o negócio do petróleo inteiro. Se a empresa parar de render, de dar lucro (isso se não der prejuízo), o governo perde dezenas de bilhões de receita. Apenas os dividendos de 2021 vão render R\$ 37,3 bilhões para o governo.

É o equivalente a 42% da despesa deste ano com o Auxílio Brasil. Por falar nisso, o Auxílio Brasil, ora em R\$ 400, cai pela metade em 2023. Será preciso arrumar dinheiro para pagar esse dinheirinho que evita a fome de 18 milhões de famílias. De onde?

A grande discussão eleitoral até aqui é o preço de combustíveis (fala-se menos de botijão de gás, que é coisa de pobre mesmo). A fim de baixar o preço de gasolina e diesel em cinquenta centavos, seria necessário dar um subsídio de pelo menos R\$ 52 bilhões de reais por ano, cerca de metade do lucro da Petrobras em 2021, provavelmente extraordinário.

Uma emenda constitucional rola sorratamente no Congresso. Permite a volta do quinquênio, um reajuste automático a cada cinco anos, para o pessoal da Justiça e do Ministério Público, que não ganha exatamente mal. Já apareceram emendas para estender o benefício a todos os servidores. Juízes em geral, estaduais e federais, fazem lobby por algum

reajuste.

Funcionários do Banco Central decidiram fazer greve a partir de Primeiro de Abril. Algumas carreiras do Ministério da Economia pensam em parar. Jair Bolsonaro havia prometido aumento para policiais federais. O favor para a sua base eleitoral nas polícias irritou os demais servidores, sem reajuste faz tempo, mas que andavam calados desde a epidemia.

Não há previsão orçamentária para reajustes. Dado o limite do teto de gastos, mesmo desmoralizado, não é possível fazer gambiarra que permita aumentos. Talvez nem dê tempo, considerado o calendário político, eleitoral e legal, embora os cúmplices de Bolsonaro no comando do Congresso possam aprovar mesmo a reforma da natureza, de um dia para outro, em uma madrugada de tratoragem no plenário.

Bolsonaro diminui **impostos**: IPI, PIS/Cofins de combustíveis etc. Diz que "devolve recursos à sociedade", pois a arrecadação do governo aumentou além do previsto. É uma idiotice. Não há dinheiro sobrando. O governo tem déficit e vai pagar juros de pelo menos 12% ao ano para financiá-lo (a ricos, aliás).

Em 2023, um governo prestante teria de fazer mudança profunda na despesa e na receita do governo: gastar menos nisso, mais naquilo (fome, saúde, escola, algum investimento, ciência), aumentar **impostos**, mudar vários deles, criar regras fiscais novas e críveis. Para sair da lama, precisamos de mudanças imensas. No reino da fantasia, governo e candidatos planejam apenas criar um problema fiscal que terá consequências sinistras.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49865>

Investimento em educação deve ser uma política de Estado, não de governo



Investimento em ciência e educação deve ser contínuo e não depender de ações específicas do governo ou do partido no poder. Cortes na área e a interrupção abrupta de programas de internacionalização são alguns dos pontos que atrapalham o avanço do país, segundo a biomédica Helena Nader.

Professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), foi eleita na manhã desta terça (29) presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) - é a primeira mulher a ocupar o cargo nos 106 anos da instituição.

Como presidente, Nader afirma que pretende reconstruir a educação brasileira, desde o ensino pré-escolar até o superior.

"Precisamos de uma revolução na educação que começa na pré-escola e vai até a pós-graduação. É preciso recuperar o pensar crítico e incentivar as crianças a pensarem desde uma idade muito jovem", avalia a cientista.

Além disso, a atual fuga de cérebros de pesquisadores brasileiros, processo em que pessoas altamente qualificadas com pós-graduação buscam oportunidades no exterior, preocupa por também ter matizes internas. "Não é só a fuga para o exterior que me preocupa, mas dentro do próprio país vejo muitos jovens recém-formados que deixam de buscar a pós-graduação, estão perdidos", diz.

A biomédica conversou com a Folha em seu laboratório no Instituto de Farmacologia e Biologia Molecular da Unifesp, em São Paulo, sobre os desafios que espera da presidência da ABC, os

obstáculos **impostos** às mulheres pesquisadoras e quais perspectivas aguarda para a ciência e educação brasileiras em um ano de eleições presidenciais.

* A senhora foi eleita a primeira mulher a presidir a ABC, com 398 votos a favor (de um total de 420 votos, com 22 abstenções). Que impacto trará à entidade? Espero trazer impactos para a sociedade como um todo, em especial para as meninas mais novas, para que entendam que não há limites para ser quem você quer. Vivemos no Brasil um enorme retrocesso nos direitos das mulheres, o atual presidente [Ja-ir Bolsonaro, do PL] não leva em consideração nossos direitos, as vitórias conquistadas pelas mulheres, com declarações tanto dele quanto da ministra Damares [Alves, da Cidadania, Mulher e Direitos Humanos] bastante nocivas.

Ser a primeira mulher presidente de uma instituição centenária não significa uma mudança propriamente, mas um reconhecimento para a sociedade de como chegamos lá. Sou mulher, mãe, avó, orientadora, viúva, e vou continuar lutando pelos direitos das mulheres, que inclui tudo, não é só direito à educação.

Qual o seu principal desafio na presidência da ABC? Na academia, é a reconstrução da educação básica. Nós da ABC produzimos conteúdo e publicamos na forma de livros ou materiais para depois embasar políticas públicas. A ciência e a base, mas o principal é a educação. E a ciência na educação serve para gerar espírito crítico nas crianças, fazê-las pensar, questionar.

Precisamos de uma revolução na educação que começa na pré-escola e vai até a pós-graduação. É preciso recuperar o pensar crítico e incentivar as crianças a questionarem desde uma idade muito jovem.

Como enxerga o impacto na educação do atual governo e o que diz sobre a queda do Ministro da Educação, Milton Ribeiro? A educação brasileira caminha a passos largos para trás. O Estado brasileiro é laico. É preciso garantir a laicidade como prevista na Constituição brasileira. Para quem não gosta disso, mude a Constituição, mas por enquanto, precisamos agir de acordo.

Qual o papel das entidades científicas na diversidade?

É uma preocupação nossa, e em todas as esferas. O assédio sexual e também o moral, que é tão grave quanto, es tão na nos -sa mente. Estamos trabalhando com um grupo liderado pela professora Márcia Barbosa [física da UFRGS] que escreveu um código de ética que será incluído no estatuto da ABC. Esse estatuto terá, inclusive, ações de como lidar com a desinformação científica.

Em relação à diversidade, no último ano os novos membros que entraram da ABC já foram mais diversos, a maioria que entrou foram mulheres. Precisamos contar com essas pessoas porque isso é essencial para aumentar o conhecimento e também dos povos tradicionais, os indígenas, quilombolas, todos.

Nos três anos do governo Bolsonaro, quais os impactos que a colaboração científica internacional sofreu no país? Em primeiro lugar o programa Ciência sem Fronteiras foi um projeto audacioso com impactos muito positivos. É claro que teve erros, mas o impacto na internacionalização da ciência brasileira foi muito grande, e várias colaborações permaneceram dessas idas.

O problema é que no Brasil não existe fluxo contínuo, e ele foi abruptamente cortado. Ciência e educação precisam ser política de Estado, e não de governo. Não pode ser construída a educação com corpolíticopartidária, quando isso ocorre é um desastre.

Agora, durante o governo Bolsonaro, houve a continuidade de um programa de internacionalização de universidades excelente que é o Print, então não posso dizer que é tudo ruim. É claro que a pandemia atrapalhou principalmente por conta da mobilidade, mas é um caminho a se seguir.

Como enxerga os cortes de cerca de 92% no orçamento da ciência realizados no ano passado? Não foi por falta de comunicação com o Ministério da Economia. É muito triste, me revolta até, porque nahora de fazerem discurso a favor da ciência fazem, mas não praticam. Os cortes são violentos e causam efeitos no futuro.

Durante a pandemia da Co-vid, o Fundo Monetário Internacional disse que é preciso investir em ciência, só assim iríamos conseguir sair da pandemia. Pensamos que se o FMI diz isso, alguém vai ouvir, mas nada mudou, infelizmente.

O que pensa sobre o investimento privado em ciência? Acho que a parceria público-privada é fundamental, e precisamos buscar isso através de leis que já existem no Brasil. Muitas empresas acabam desistindo de

investir em ciência no Brasil porque há uma má compreensão da lei.

Por exemplo, a Embrapa é uma das maiores empresas do Brasil, e ela foi criada no período da ditadura. E eu não defendo os ditadores, eu lutei muito contra os militares na época, mas eles tiveram uma sacada que foi enviar os engenheiros agrônomos para fora do país, fazer doutorado, se especializar e voltar para cá e aplicar. Hoje somos o país número um em produção de soja. Isso deveria servir também para outras áreas, como a da saúde. O Brasil está muito atrasado nisso.

H o j e t e m o s u m c a m i n h o reverso, depesquisadoresquesaem e não voltam? A fuga de cérebros para o exterioré patente, mas vou ser sincera, o que me preocupa não é só a fuga para o exterior, masdentro do próprio país vejo muitos jovens recém- formados que deixam de buscar a pós-graduação, estão perdidos. Os estudantes estão entrando menos na universidade e os que saem estão procurando menos a pós-graduação. Isso é um retrocesso muito grande.

Costumo dar um exemplo que é a construção de uma estrada, se for paralisada por falta de verba, ninguém gosta de parar uma obra, você pode até ter dificuldades mais para frente, mas retoma. Educação e ciência não recuperam. O aluno que você deixou de formar não forma mais. Por isso meu objetivo principal e pelo qual vou lutar é o reajuste das bolsas de pós-graduação.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49865&anchor=6453013&pd=fe34da885e644cb19acd8290b33d01f1>

Governo tenta forçar que corte de IPI baixe preços



**LORENNA RODRIGUES EDUARDO RODRIGUES
BRASÍLIA**

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, pode cortar ainda mais o Imposto de Importação de alguns produtos caso avalie que os industriais brasileiros não estão repassando para os preços aos consumidores o "desconto" que tiveram com a recente redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Segundo o Estadão/Broadcast apurou, Guedes guarda essa "carta na manga" para forçar que o corte no IPI seja integralmente repassado ao valor final aos compradores. A tática é dar um "choque de oferta" ao tornar a importação mais barata, ou seja, se o produtor brasileiro não baixar preços, enfrentará mais concorrência.

No fim de fevereiro, o governo anunciou um corte linear de 25% no IPI. Depois disso, houve reclamação dos produtores da Zona Franca de Manaus - e da bancada amazonense no Congresso Nacional -, e o Ministério da Economia elabora agora novo decreto, que retirará da lista de reduções o que é feito na Zona Franca e elevará para 35% o corte no restante.

Na semana passada, o governo também zerou **tributos** de importação, até o fim de 2022, do etanol e de itens da cesta básica. O movimento foi uma tentativa de conter o preço da gasolina - já que o etanol é misturado no combustível vendido na bomba - e dos "vilões" da **inflação**.

Também foi reduzida em 10% a tarifa para importação de bens de informática e capital, chamados de BIT/BK. No ano passado, o governo já havia feito uma primeira redução de 10% para esses produtos. A redução nesse caso é "mais fácil" porque há uma licença no Mercosul para que cada país defina a alíquota sobre esses itens de forma independente.

Para os demais, as reduções de tarifa só podem ser feitas em comum acordo no bloco.

Segundo as regras do Mercosul, o Brasil pode manter uma lista de exceção com 100 itens.

Foi nessa lista que o governo incluiu os outros produtos que tiveram o imposto de importação diminuído. O tributo do etanol era de 18% e foi a zero.

Nos alimentos, foram zerados: café (cuja alíquota era de 9%), margarina (10,8%), queijo (29%), macarrão (14%), açúcar (16%) e óleo de soja (9%).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro quer utilizar receita dos Estados

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

A capacidade de os Estados financiarem investimentos públicos atingiu o volume recorde de R\$ 130 bilhões no final do ano passado, mas o governo do presidente Jair Bolsonaro e aliados no Congresso estão se aproveitando dessa "bonança" fiscal nos Estados para conduzir a política macroeconômica a seu favor em ano eleitoral.

Em novo estudo sobre as contas dos governos estaduais, o coordenador do Observatório Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), Manoel Pires, traz detalhes da ofensiva do governo para adotar medidas que estão "consumindo" receitas dos Estados. A disputa deve parar nos tribunais.

A situação fiscal dos Estados melhorou com a pandemia e o aumento da **inflação**, que garantiu maior arrecadação do ICMS - principal fonte de arrecadação dos governadores. O resultado primário dos Estados (que mede as receitas menos despesas sem contabilizar o pagamento de juros da dívida) atingiu em janeiro o patamar de R\$ 83 bilhões em 12 meses.

Essa economia fiscal é suficiente para cobrir as despesas com juros das dívidas de modo a gerar um superávit nominal de R\$ 48 bilhões, um resultado sem precedente histórico.

PERDA DE RECEITAS. Entre as medidas que levam à perda de receitas está a redução de **tributos** federais compartilhados com os Estados e municípios, como IPI e a mudança no ICMS. Há pressão no Congresso também para a correção da tabela do Imposto de Renda e da tabela do Simples. São medidas que trarão mais perdas de arrecadação, se aprovadas.

"Se não fosse ano eleitoral, o sentido de urgência de alguns desses temas poderia ser outro", diz Pires. O economista, que foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, afirma que medidas como essas são legítimas e podem contribuir no esquema federativo brasileiro. Mas alerta que elas devem ser feitas de forma equilibrada para não invalidar o esforço fiscal dos últimos anos e esgotar a capacidade financeira dos Estados.

Segundo o economista, é preciso ter cuidado para que o conjunto das ações não crie riscos fiscais para os Estados.

Um ponto destacado no trabalho é que recentemente o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade da aplicação de alíquotas majoradas de ICMS para telecomunicações e energia elétrica, cabendo decidir pela modulação dos efeitos. Os Estados alegam perdas com a decisão da ordem de R\$ 26 bilhões e negociaram para que os efeitos sejam aplicáveis a partir de 2024.

A segunda fonte de disputa é a tributação dos combustíveis, cuja alta de preços tem elevado impacto na **inflação**. Depois que a União adotou uma série de medidas tributárias para conter o avanço dos preços, pressionou os Estados a adotarem medidas na mesma direção.

Foi o caso do congelamento do ICMS por 90 dias, em novembro de 2021. A medida não evitou novas pressões políticas e o Congresso acabou aprovando uma lei que alterou o modelo tributário do ICMS sobre combustíveis.

Para atender à lei, os Estados adotaram alíquota fixa sobre o diesel. Para proteger a receita dos Estados, a regulamentação foi feita para evitar perda de arrecadação, mas como o preço está subindo haverá perdas. No caso do IPI, a perda para os Estados pode chegar a R\$ 6 bilhões.

Recorde

Capacidade de financiamento dos Estados atingiu R\$ 130 bilhões no ano passado

Guedes diz que governo garantiu aumento de repasses na pandemia

O estudo do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) mostra que a pandemia teve grande impacto nas finanças públicas. No caso dos Estados, a combinação de três fatores - ajuda federal, ajuste nas despesas e recuperação cíclica, principalmente, em setores que compõem a base de tributação do ICMS - explicam a melhoria das finanças estaduais apesar da pandemia.

Na defesa das medidas que estão sendo adotadas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, cobra contribuição dos Estados depois dos aumentos dos repasses federais durante a pandemia.

Ele repete também que o congelamento dos salários, proposto por ele em contrapartida ao socorro aos Estados, garantiu economia aos governadores.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Novo presidente da Petrobras terá de conter Bolsonaro (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

União tenta com MP resolver discussão sobre dedução do IR com vale-refeição

Por Joice Bacelo - Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178?page=1§ion=1

Críticas após a demissão

MANOEL VENTURA E DANIEL GULLINO
*economia@oglobo.com.br BRASÍLIA (Colaborou Geralda
Doca)*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Petrobras muda, mas política se mantém



ROSANA HESSEL

A demissão do general Joaquim Silva e Luna e a indicação do economista Adriano Pires, sócio e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), como novo presidente da Petrobras foram bem recebidas pelo mercado, mas não chegaram a empolgar.

De acordo com analistas, a mudança sinaliza que o presidente Jair Bolsonaro (PL) deverá respeitar a política de paridade de preços internacionais (PPI) da estatal. Com isso, as ações da companhia subiram e ajudaram o Índice Bovespa a voltar a ficar acima de 120 mil pontos em um dia de ganhos modestos, em torno de 1%.

"Os sinais são de que não se altera a PPI. O mercado recebeu uma mudança sem necessariamente uma redefinição de estratégia da empresa", destacou o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani. Na avaliação dele, essa reação mostrou que os agentes financeiros consideram a Petrobras uma empresa com boas regras de governança e não alteram as suas políticas, apesar das declarações polêmicas de Bolsonaro, que já chegou a criticar a política de preços da Petrobras. "Obviamente, o nome de Adriano Pires ajuda e contribuiu para que não ocorresse grandes movimentos na Bolsa", acrescentou.

André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos, avaliou a troca de comando da estatal como um "ato simbólico" do governo em pleno ano eleitoral, diante da disparada dos preços do petróleo e, conseqüentemente, dos combustíveis, um dos grandes vilões da **inflação** de dois dígitos desde o ano passado. "Qualquer iniciativa em reduzir o impacto aos consumidores de maneira mais generalizada teria que vir do Ministério da Economia na forma de subsídios, mas este não parece ser um plano desejado pelo ministro e pela equipe", afirmou. Para ele, Adriano

Pires terá o enorme desafio de conter as pressões neste ano eleitoral. "Mas, ao que parece, ele vai jogar com o manual debaixo do braço e assim seguir com a estratégia da companhia", complementou.

Indicação

O nome de Adriano Pires para o comando da Petrobras foi sugerido a Bolsonaro pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Fontes do Ministério da Economia, que tem cadeiras no Conselho de Administração da estatal, reconhecem que o ministro Paulo Guedes não foi consultado para a indicação. Na Esplanada, comenta-se que Bento e Pires são muito amigos e, por conta disso, há dúvidas se ambos se sustentarão nos respectivos cargos se a insatisfação da população com a alta dos preços dos combustíveis persistir na campanha eleitoral, que está prestes a começar.

Pires é um grande defensor da PPI da estatal, assim como da privatização da companhia. Mas, ao contrário de Guedes, não é um crítico ferrenho da busca da criação de uma espécie de ferramenta para evitar altas bruscas nos preços dos combustíveis no mercado interno. Ele defende, por exemplo, que em vez de criar um imposto sobre a exportação do petróleo, o Tesouro Nacional subsidie os preços da gasolina, do diesel e do gás. Contudo, ele também costuma defender a discussão de uma proposta alternativa para estabilizar os preços em momentos de menor volatilidade no valor do petróleo.

A dúvida, no entanto, de acordo com especialistas, é se os preços dos combustíveis vão cair com a troca do comando da estatal sem mudanças na política da Petrobras. Pires também é bastante próximo ao presidente da Câmara, Arthur Lira. Ambos atuaram de forma alinhada durante a tramitação do projeto de privatização da Eletrobras. "Jabutis" inseridos durante a tramitação permitiram que a empresa banque projetos ligados ao setor de gás, medida que pode encarecer a conta de luz para os consumidores em vez de reduzir custo.

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), elogiou a indicação de Pires, ontem, em evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). "O presidente, ao dar a indicação do economista Adriano Pires, faz a indicação de um técnico respeitado por todas as correntes do país", disse.

Para o senador Jean Paul Prates (PT-RN), relator do projeto de lei que trata da criação da conta de estabilização de preços dos combustíveis, financiado com recursos da exportação do petróleo, o PL 1.472/2021, a recente demissão do presidente da Petrobras "é mais um capítulo na confusão de interesses na empresa que não solucionará as consequências ruins de sua atuação à sociedade".

"O problema não reside em quem dirige a Petrobras, mas na política de combustíveis, na qual o governo não quer mexer", comentou o parlamentar, em discurso no Plenário do Senado. Prates defendeu uma fusão da Petrobras com a Eletrobras. Segundo ele, não haverá futuro para a Petrobras se a estatal não se transformar em "uma grande empresa de energia e tecnologia".

Melhora na comunicação

Na avaliação de analistas do mercado, a troca de um general por um economista especializado na área de energia no comando da Petrobras deverá ajudar a melhorar a imagem da estatal com a população e com os parlamentares.

"Acredito que haverá melhora na comunicação da empresa, mas não acho que haverá grandes mudanças na gestão. Não dá tempo até o fim do governo", avaliou José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos. Para ele, o fato de o Ministério da Economia não ter participado da escolha do novo presidente da Petrobras não afeta o mercado. "Não faz muita diferença. O Adriano é confiável", garantiu.

O Conselho de Administração da Petrobras deverá aprovar o nome de Pires na assembleia geral ordinária (AGO), marcada para 13 de abril. O governo também indicou o presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, para presidir o Conselho de Administração da estatal. Ele recusou o convite para presidir a petrolífera. Além de Landim e Pires, outro nome novo na listagem de oito conselheiros indicados pela União é o do engenheiro Eduardo Karrer, "executivo com 30 anos de experiência em diferentes conglomerados, incluindo entidades públicas e privadas", de acordo com o ofício do Ministério de Minas e Energia publicado pela estatal em sua página.

Bolsonaro põe a cara no fogo por ministro, mas não a reeleição

ANÁLISE Ranier Bragon *brasília*

Quatro dias depois de afirmar que não colocaria só a mão, mas a cara inteira no fogo por seu ministro da Educação, Jair Bolsonaro (PL) deu nesta segunda-feira (28) uma demonstração de que suas supostas convicções pessoais não estão acima de sua busca pela reeleição.

Não só a exoneração de Milton Ribeiro do MEC, mas também o anúncio quase simultâneo da saída do general Joaquim Silva e Luna da Petrobras têm a mesma motivação, ou seja, a tentativa de evitar uma maior corrosão eleitoral em decorrência do escândalo dos pastores-lobistas e da inflação.

Ribeiro deu sequência ao descalabro promovido pelos antecessores na gestão do MEC e deixa para o próximo, o quarto a ocupar a cadeira, um legado de ausência de resultados e de políticas públicas estruturantes, esvaziamento técnico e contaminação ideológica.

Não foi por nenhum desses motivos, porém, que Ribeiro perdeu o cargo.

Jair Bolsonaro e seus aliados têm procurado emplacar o discurso eleitoral de que não existiu corrupção em seu governo, uma afirmação impossível de ser atestada.

Além disso, ela precisa ser inserida em um contexto de reiteradas manifestações e ações contrárias a investigações que possam respingar nele e em familiares, da blindagem do centrão no Congresso e da atitude amistosa do procurador-geral da República, Augusto Aras.

Nesse cenário de narrativas, não é nada agradável para a campanha presidencial a revelação de indícios de um esquema informal de obtenção de verbas envolvendo dois pastores sem cargo público, o que incluía pagamento de propina -e com áudio do ministro dizendo que beneficiava um dos lobistas a mando de Bolsonaro.

Milton Ribeiro foi exonerado sete dias após a Folha divulgar o áudio.

Longe da disputa eleitoral, o então ministro do Turismo

Marcelo Álvaro Antonio ficou dois anos no cargo, em 2019 e 2020, mesmo indiciado pela Polícia Federal e denunciado pelo Ministério Público no caso das candidaturas laranjas, que foi revelado pela Folha.

A saída de Silva e Luna da Petrobras, que deve se concretizar no próximo dia 13, também deixa mais uma vez claro que o discurso liberal na economia e eventuais interesses do mercado também não irão se sobrepor às estratégias eleitorais.

O tema dos combustíveis foi o primeiro a ser abordado pelo adversário Luiz Inácio Lula da Silva na propaganda partidária nacional que o PT começou a veicular no rádio e na TV.

"Meus amigos e minhas amigas, alguém aí na sua casa ganha em dólar? Seu salário sobe quando o dólar sobe? Então por que a Petrobras está reajustando o preço dos combustíveis em dólar", pergunta Lula no vídeo.

A estratégia do PT não é feita ao acaso, como nada é feito ao acaso no ambiente das grandes campanhas políticas nacionais. Tudo se ampara em pesquisas qualitativas, aquelas em que a reação de grupos de eleitores a determinados discursos é medida de forma metódica.

Apesar da longa tentativa do presidente e de sua máquina de propaganda nas redes sociais de atribuir a governadores e a adversários que estiveram no poder antes dele a culpa pela alta do preço da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, o Datafolha mostrou na tarde desta segunda-feira que quase 70% dos brasileiros atribuem essa culpa a ele mesmo, Bolsonaro.

Pouco mais de quatro horas depois, às 19h15, o Ministério de Minas e Energia divulgava uma nota oficial confirmando a decisão de remover o general do comando da Petrobras, indicando para seu lugar um economista que já teria defendido a proposta que soa como música aos ouvidos da campanha bolsonarista, a de não repassar a volatilidade do preço do petróleo para o consumidor.

Como informa o colunista da Folha Vinícius Torres Freire, para avançar além da troca do comando no sentido eleitoreiro de forçar uma intervenção nos

preços da estatal, por exemplo, Bolsonaro teria que passar por cima de regras e estatutos e "cometer uns crimes e contravenções".

Mais do que isso, "teria de convencer a nova direção da empresa a ser cúmplice".

Como mostrou a queda do ministro em relação ao qual se colocaria mão, braço e cabeça no fogo, o risco de se chamuscar aqui e ali parece já estar precificado para quem, como o próprio Bolsonaro disse no comício fora de hora que promoveu em Brasília, no domingo, quer entregar o Brasil ao sucessor somente "bem lá na frente".

[...] Não só a exoneração de Milton Ribeiro do MEC, mas também o anúncio quase simultâneo da saída do general Joaquim Silva e Luna da Petrobras têm a mesma motivação, ou seja, a tentativa de evitar uma maior corrosão eleitoral em decorrência do escândalo dos pastores-lobistas e da inflação

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

65

Auxílio Brasil alcança 23%, mas quem recebe critica valor, mostra Datafolha



Maria de Lourdes Gomes de Freitas, 36, é beneficiária do Auxílio Brasil no município de Curralinhos, no Pará. Karime Xavier - 13.dez.21/Folhapress

Ricardo Balthazar

Principal programa do governo federal para transferência de renda aos mais pobres, o Auxílio Brasil alcança quase um quarto da população, mas a maioria dos beneficiários considera insuficientes os valores recebidos, de acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha.

O levantamento indica que 23% dos brasileiros vivem em domicílios atendidos pelo programa, lançado em novembro do ano passado como substituto do Bolsa Família e do auxílio emergencial criado para socorrer famílias vulneráveis durante a pandemia, que deixou de ser pago em outubro.

A concentração de beneficiários é maior entre os entrevistados com renda familiar mensal de até dois salários mínimos (R\$ 2.424), universo que inclui a população definida como alvo do programa, mas a pesquisa encontrou pessoas que recebem o Auxílio Brasil também em outros segmentos.

No estrato com menor renda familiar, 35% disseram receber o auxílio. Entre os que declaram renda de 2 a 5 salários mínimos, 10% dizem receber benefícios, assim como 3% dos que têm ganhos de 5 a 10 salários mínimos, o que pode ser um indício de falhas na execução do programa.

O Auxílio Brasil paga R\$ 400 por mês a cerca de 18 milhões de famílias. Benefícios complementares oferecidos para incentivar inclusão produtiva, iniciação científica de estudantes e prática de esportes

permitem ganhos maiores. Em março, o valor médio dos benefícios pagos foi R\$ 409,80.

Conforme os critérios estabelecidos pela lei que criou o programa, podem se cadastrar para receber os benefícios famílias em situação classificada como de extrema pobreza, com renda familiar mensal per capita de até R\$ 105, ou de pobreza, com ganhos de até R\$ 210 por membro da família.

O Datafolha realizou 2.556 entrevistas em 181 municípios na semana passada, na terça (22) e na quarta-feira (23). A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

O levantamento mostra concentração maior de beneficiários do programa em segmentos da força de trabalho que sofreram mais com a pandemia e a crise econômica. Afirmando receber o auxílio 41% dos desempregados, 33% dos assalariados sem carteira assinada e 29% dos autônomos.

A pesquisa aponta também maior número de beneficiários do Auxílio Brasil no Nordeste, onde 37% dos entrevistados afirmam pertencer a famílias que estão no programa. Segundo o Ministério da Cidadania, 48% das famílias que receberam pagamentos em março vivem na região.

Entre os beneficiários do auxílio, 68% dizem que os valores recebidos são insuficientes e apenas 29% os consideram suficientes. O descontentamento é maior nos estratos de renda mais baixa. Em famílias que ganham até dois salários mínimos, 71% dizem que os benefícios são insuficientes.

A insatisfação com o valor é mais acentuada entre desempregados (72%), trabalhadores autônomos (71%) e donas de casa (74%), que estão afastadas do mercado de trabalho. Entre desocupados que não estão à procura de emprego, 84% acham o auxílio insuficiente, de acordo como Datafolha.

Embora o auxílio emergencial pago na pandemia tenha contribuído para sustentar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro entre os mais pobres na crise sanitária, o mesmo ainda não parece ocorrer com o Auxílio Brasil, já que a avaliação do governo é mais negativa entre beneficiários do programa.

Segundo o Datafolha, 25% dos brasileiros consideram o governo Bolsonaro ótimo ou bom. Entre os que recebem o Auxílio Brasil, somente 19% pensam assim. A taxa de reprovação do governo entre os beneficiários do programa, 47%, é equivalente à encontrada na população total, 46%.

O Auxílio Brasil faz parte de um conjunto de iniciativas com as quais Bolsonaro conta para recuperar sua popularidade e se reeleger em outubro. O valor mínimo de R\$ 400 pago pelo programa só está garantido até o fim deste ano. A legislação prevê redução dos valores a partir de 2023.

Quantidade de comida em casa é insuficiente para 24%

Um de cada quatro brasileiros afirma que a quantidade de comida disponível em sua mesa foi inferior à necessária para alimentar sua família nos últimos meses, mostra pesquisa realizada pelo Datafolha na semana passada.

De acordo com o levantamento, 24% disseram que a comida foi insuficiente para suas necessidades. Outros 63% declararam que a quantidade foi suficiente, e 13% afirmaram que a quantidade ficou acima do que seria necessário.

A sensação de insegurança alimentar é mais aguda para os mais pobres. Entre os que dispõem de até dois salários mínimos (R\$ 2.424) como renda familiar mensal, 35% consideraram a quantidade de comida em casa insuficiente.

Segundo a pesquisa, 13% dos que têm renda mensal de dois a cinco salários mínimos (R\$ 6.060) e 6% dos que recebem de 5 a 10 salários mínimos (R\$ 12.120) também disseram que faltou comida na mesa nos últimos meses.

O Datafolha realizou 2.556 entrevistas em 181 municípios na semana passada, na terça (22) e na quarta-feira (23). A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Pesquisas anteriores mostram que o problema se mantém em níveis semelhantes aos observados no ano passado, quando a estagnação econômica e o aumento do desemprego levaram pessoas a disputar restos de ossos em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Segundo o Datafolha, a insegurança alimentar é maior na região Nordeste, onde 32% dizem que tiveram menos comida do que o necessário nos últimos meses, e menor no Sul, onde 18% consideraram a comida disponível insuficiente.

O levantamento mais recente da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), concluído no fim de 2020, mostrou que a pandemia provocou um aumento significativo da insegurança alimentar no país.

Segundo o grupo, 55% dos domicílios conviviam com algum grau de insegurança no fim do primeiro ano da crise sanitária. Em 2018, encontravam-se em situação semelhante os moradores de 37% dos domicílios brasileiros.

A pesquisa do Datafolha mostra que a insegurança é maior para os que ficaram sem trabalho ou se viram mais vulneráveis na pandemia. Entre os desempregados, 38% disseram que não tiveram comida suficiente.

Entre os trabalhadores autônomos, 26% apontaram o mesmo problema, assim como 20% dos assalariados sem registro formal e 28% dos desocupados que não estão à procura de trabalho, de acordo com o levantamento.

A aceleração da **inflação** agravou o problema nos últimos meses. Os preços de alimentos e bebidas subiram em média 14,09% em 2020 e 7,94% no ano passado, quando o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) teve variação de 10,06%.

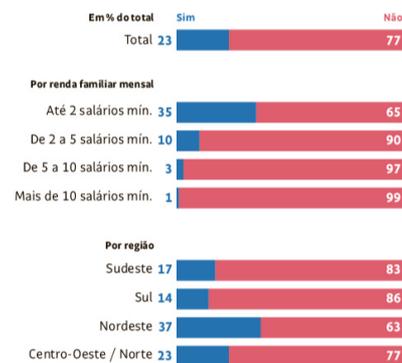
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49865>

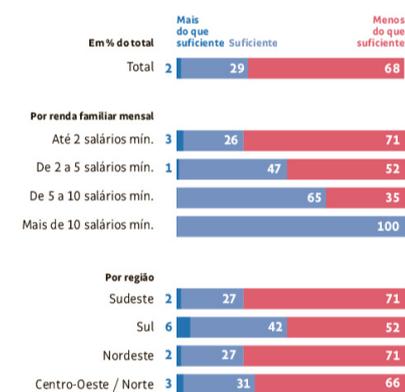
O impacto do Auxílio Brasil

Novo programa social do governo atinge quase um quarto da população, mas maioria dos beneficiários considera insuficientes os valores pagos

Você ou alguém em sua casa recebe o Auxílio Brasil?



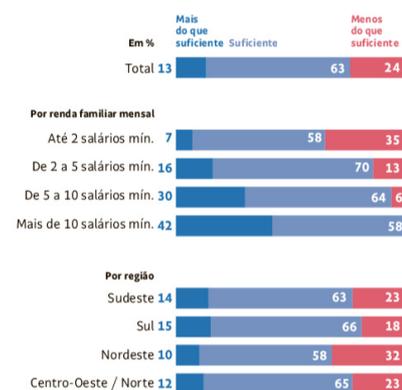
Na sua opinião, o valor que recebe do Auxílio Brasil é...



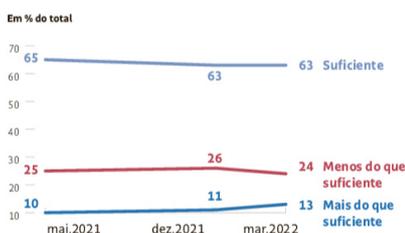
A insegurança alimentar dos brasileiros

Entre os mais pobres, um de cada três afirma que a comida em casa é insuficiente para alimentar sua família

Pensando nos últimos meses, você diria que a quantidade de comida na sua casa para você e sua família foi...



Evolução durante a pandemia de Covid-19



Fonte: Pesquisa realizada pela Datafolha com 2.556 entrevistas em 181 municípios nos dias 22 e 23 de março. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral como BR-08967/2022

Preço dos medicamentos deve subir 10,89% em abril

Filipe Andretta

Farmacêuticos têm alertado seus clientes que o preço dos remédios deve subir em breve. Isso porque o órgão do governo responsável por definir o reajuste máximo dos medicamentos deve anunciar nos próximos dias uma alta de 10,89%.

O cálculo para atualizar os valores é feito uma vez por ano pela Cmed (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) e tem como base **inflação** acumulada em 12 meses até fevereiro no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que fechou em 10,54%.

Além da **inflação**, a Cmed também leva em conta outros três fatores, que analisam questões como a produtividade, a competitividade e o aumento de custos específicos para o setor farmacêutico.

Dois desses fatores já foram divulgados e não vão interferir no cálculo. Em relação ao último fator, o impacto é de 0,35%, de acordo com o Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), totalizando 10,89%.

O anúncio oficial do aumento é esperado até quinta-feira (31). Fabricantes e revendedores poderão subir os preços dentro da nova margem definida pela Cmed, mas somente após publicação de portaria por parte do governo federal regulamentando o reajuste.

Diferentemente de anos anteriores, não devem ser anunciados três níveis de reajuste, que eram definidos conforme o tipo de remédio. Ou seja, todos os medicamentos deverão ter um aumento autorizado de 10,89%.

A mudança deve prejudicar o consumidor, uma vez que os diferentes níveis eram uma forma de segurar a alta de preços de certos tipos de remédios. Até então, a prática era de autorizar um aumento maior para os que têm maior concorrência, como é o caso dos genéricos. Em 2021, os aumentos autorizados foram de 10,08%, 8,44% e 6,79%, por exemplo.

Em nota, o Sindusfarma afirma que o reajuste não será automático nem imediato, pois há concorrência entre as empresas.

"É importante o consumidor pesquisar nas farmácias e drogarias as melhores ofertas dos

medicamentos prescritos pelos profissionais de saúde", recomenda Nelson Mussolini, presidente executivo do sindicato.

"Dependendo da reposição de estoques e das estratégias comerciais dos estabelecimentos, aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer", diz ele.

As indústrias farmacêuticas também afirmam que os medicamentos costumam ter reajuste abaixo da **inflação** média -no IPCA acumulado de 12 meses até fevereiro, os produtos farmacêuticos subiram 6,65%.

"Os medicamentos têm um dos mais previsíveis e estáveis comportamentos de preço da economia brasileira", diz Mussolini.

Em 2020, o governo adiou o reajuste no teto do preço de medicamentos por causa da pandemia de coronavírus no país. Em 2021, o aumento foi aplicado normalmente, como ocorre todo ano.

Em fevereiro, o governo de Jair Bolsonaro (PL) avaliou alterar a forma de reajuste, permitindo que os preços dos remédios fossem modificados a qualquer momento, mas houve resistência da equipe econômica, contrária a intervenções no mercado.

Havia duas propostas: uma da Cmed, que indicava possibilidade de aumento excepcional, sempre que houvesse alta de insumos, e outra do Ministério da Saúde, que sugeriu medida provisória para permitir estas revisões de preço fora de hora.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49865>

Inflação no centro da meta em 2023 parece cada vez mais distante

Anais Fernandes e Victor Rezende De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Mourão critica teto de gastos e emendas

Andrea Jubé e Rafael Bitencourt De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Um novo mundo de desordem monetária (Artigo)

Martin Wolf é editor e principal comentarista de economia do Financial Times

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178

Troca de presidentes na estatal é mais do mesmo

Claudia Safatle De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187178?page=1§ion=1